



Educação Popular para a pospandemia: Construindo os inéditos-viáveis



FME Belem 2009.

Por **Oscar Jara H.** ⁽¹⁾

O contexto latino-americano e caribenho desde antes da crise produzida pela pandemia do COVID 19, estava atravessado por uma ofensiva neoliberal em distintas dimensões (política, econômica, socio ambiental, cultural) que havia se estendido por toda nossa região com uma força inusitada nos dois últimos anos: o golpe de Estado de Bolívia, a virada do governo em Equador, a agressividade do governo brasileiro, o crescente bloqueio a Cuba e Venezuela, o resultado das eleições em Uruguai, etc. refletem umas dinâmicas de polarização que incluíram grandes mobilizações populares em Haiti, Equador, Chile e Colômbia, a caravana de migrantes centro-americanos, ou a derrota do partido Cambiemos em Argentina. Estes e outros fatores, como o crescente número de dirigentes sociais e ambientais assassinados especialmente em Colômbia, México e Honduras, embora também em outros países como Costa Rica, visibilizam a magnitude desta ofensiva e a polarização que ela produziu em relação a propostas e movimentos progressistas. Os primeiros meses de 2020 mostram também um preocupante crescimento de casos de agressões contra as mulheres e de feminicídios, expressão da cruel e estendida que é esta situação de múltiplas violências que vivemos.

Nestas circunstâncias, surge a crise produzida pela pandemia do novo coronavírus, com consequências ainda imprevisíveis para o futuro da nossa região e para nosso planeta. A análise do

¹ Educador Popular e Sociólogo. Doutor em educação. Diretor do Centro de Estudios y Publicaciones Alforja na Costa Rica. Presidente do CEAAL, Conselho de Educação Popular de América Latina e o Caribe.

seu impacto nas relações econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais das nossas sociedades, assim como a formulação de propostas de como enfrentar estes impactos, é objeto também de disputas entre setores e interesses de classe que atravessam todos os campos: a saúde, as condições de vida, o papel do Estado, as políticas econômicas e sociais, e tudo relativo com o educativo.

Por isso, neste contexto é ainda mais necessário a disputa, a partir da Educação Popular, do modelo de sociedade que desejamos: da ética do cuidado da vida e com políticas em benefício das maiorias. Retomar, ressignificar e recriar a dimensão profunda do sentido das nossas práticas e processos organizativos em função de outro modelo civilizatório que substitua ao atual modelo cuja crise se agudiza com esta pandemia. Diante deste contexto, e das circunstâncias que vivemos atualmente na região, podemos identificar alguns desafios presentes para nossos processos:

- Compreender o impacto que tem e terá a pandemia do Covid-19 em todo o marco das relações das nossas sociedades, identificando como as políticas de privatização (em especial dos serviços de saúde, mas também de educação) afetam as capacidades de resposta a uma emergência desta magnitude, e a importância do papel do Estado para garantir igualdade de condições e atenção para toda a população, além dos interesses particulares.
- Compreender criticamente ao neoliberalismo, despido pela pandemia, em sua dimensão simbólica e cultural como produtor de subjetividades e na sua capacidade colonizadora de sentidos a partir de uma racionalidade individualista, competitiva e consumista, para construir outra visão de mundo, outra ética e outras subjetividades a partir de propostas políticas e ações solidárias e coletivas centradas no bem comum.
- Analisar criticamente os modelos de intervenção ante a pandemia, utilizados pelos distintos regimes latino-americanos e seus resultados. Identificar o papel das políticas públicas diante destas situações de vulnerabilidade, assim como os impactos diferenciados que esta situação provoca e as estratégias que podem evitar o aprofundamento da desigualdade que já afeta de maneira mais grave às mulheres, pessoas trans, povos indígenas e comunidades campesinas, população negra, pessoas migrantes, em situação de rua, dissidências sexuais, trabalhadoras e trabalhadores informais, populações que vivem em condições habitacionais precárias, etc.
- Identificar, promover, sistematizar e visibilizar as práticas alternativas de solidariedade, o intercâmbio desinteressado, a ajuda mútua e a participação social gerada durante esta crise, a fim de projetá-las como práticas democráticas e democratizantes que são realizadas a partir de outros paradigmas, diferentes do hegemônico atual que se baseia no mercado, em saídas individuais, na privatização e no lucro.
- Caracterizar as diferentes formas de outro exercício de poder que enfrentam às lógicas do neoliberalismo e do autoritarismo, que utiliza só formalidades democráticas, refletindo sobre as novas formas de construção de processos organizativos e participativos, de resistência e de re-existência com o surgimento de novas lideranças, iniciativas e novos atores sociais e políticos.

- Promover ações e propostas de descolonização e despatriarcalização das formas de conceber e organizar relações sociais e econômicas, gerando outros espaços e critérios de ação baseados na lógica do Bom Viver, da Economia Social e Solidária, o respeito às diversidades e ao cuidado mútuo e da natureza da qual fazemos parte.
- A necessidade de repensar e redefinir outras relações econômicas, sociais, ambientais e culturais com base em outra ética, em outro sentido da vida (pensar nas sociedades pós-coronavírus que queremos e agirmos, desde já, para consegui-las).

Querendo ou não, estamos passando por uma mudança de época que pode constituir uma oportunidade para que _dos processos de educação e participação popular_ possamos promover com maior força o desmantelamento das lógicas e padrões culturais capitalistas, patriarcais, extrativistas, individualistas, racistas e coloniais e que, a partir de práticas solidárias, possamos construir espaços, propostas, projetos, programas que sejam protagonizados pelos setores populares e se constituam em novos referentes de outra maneira de viver.

É importante entender e destacar que os processos de educação popular não são apenas um método, não respondem apenas a uma metodologia ou ao uso de algumas técnicas, mas baseiam-se em uma filosofia, um paradigma emancipatório ético, político e pedagógico. Este paradigma de solidariedade, de pessoas como sujeitos criadores de sociedades, é um paradigma expresso a partir do sentido ético da vida na construção política de outras relações de poder, que apoia e orienta uma pedagogia que _como processo dialógico, crítico, horizontal e transformador_ possibilita construir espaços e sujeitos que edifiquem uma sociedade democrática e relações democráticas em todos os campos e níveis da vida social, como espaços prefigurativos nos quais podemos mostrar e nos mostrarmos que é possível viver de uma maneira diferente daquela imposta pelo sistema. É também uma maneira de desaprender as relações de poder autoritárias, verticais e patriarcais nas quais nos formamos, explorando outras formas de exercício de poder que sejam solidárias, sinérgicas, construtoras do coletivo.

Os processos de educação popular também devem se constituir em espaço de criação de afetos, de cuidado mútuo, de construção de confiança e cumplicidades, valorizando as características de cada pessoa em sua particularidade. Espaços onde não apenas a mente, as ideias ou os argumentos estão presentes, mas por onde transita todo o nosso corpo, com nossas emoções, sensibilidades, sensualidades, empenhos e frustrações. Espaços onde se manifesta de forma viva a esperança e os sonhos compartilhados. Espaços de criação e exercício da criatividade, onde todas as linguagens e formas de expressão têm espaço para se desenvolver livremente.

Por isso, a inspiração freiriana de uma educação libertadora que constrói as capacidades das pessoas como sujeitos comprometidos com a transformação social da história, implica uma formação integral na qual os processos pedagógicos podem desenvolver todas as nossas capacidades: intelectual, emocional, imaginativa, comunicacional, técnicas... Seria uma contradição levar a cabo processos educativos autoritários, verticais ou doutrinários, para alcançar processos de convivência realmente humanos e de participação democrática. Daí a crítica a educação “bancária”, por ser vertical e autoritária. Por esse motivo, a proposta de uma educação problematizadora, dialógica e horizontal, que vincula a prática à teoria, que desenvolve o pensamento crítico, a ecologia dos saberes e a vocação de humanização, desenvolvendo, portanto, as capacidades humanas transformadoras para se tornarem sujeitos da história.

A proposta freiriana que apareceu pela primeira vez em seu texto *Pedagogia do Oprimido*, que é enfrentar “situações limites” constituindo “inéditos viáveis”, está mais uma vez presente aqui, com grande atualidade e força. A categoria do “inédito viável” é uma das categorias mais potentes do pensamento freiriano e também uma das mais relevante hoje neste momento da história, quando a pandemia está criando “situações limites” em muitos campos, o que nos obriga a pensar como é que podemos transcendê-las, superá-las.

As *situações limites*, segundo Freire, são aquelas em que a história é apresentada para nós como predeterminada e contra a qual supostamente não há outra alternativa possível. Portanto, o que resta diante delas seria se adaptar, se resignar passivamente pois estaríamos diante de algo impossível de mudar. Mas, precisamente a categoria do *inédito-viável* significa a possibilidade de transcendê-las, de superá-las criticamente, problematizando-as, denunciando-as e resistindo à tentação de se resignar a elas. Supõe impulsionar um duplo movimento que é epistemológico, ético, político e pedagógico: o primeiro movimento é a indignação, a problematização, a denúncia; o segundo é o anúncio da possibilidade da sua transformação e as etapas para realizá-las. E é nesse duplo movimento que nos coloca o grande desafio de não sermos objetos de uma história que outros nos impõem, mas de sermos sujeitos da História, capazes de conceber as possibilidades, as opções que possibilitam construir nossos sonhos.

O *inédito-viável* significa a criação de capacidades, cumplicidades, condições e disposições que nos permitem transformar as utopias em realidade na história. Isso não significa que elas possam ser feitas hoje e agora totalmente, mas que podemos fazer hoje as mudanças mais profundas que sejam possíveis, graças às quais criaremos condições para que outras mudanças que não podemos fazer agora, sim sejam possíveis. Não é uma visão gradualista de mudar “pouco a pouco” as coisas, mas sim que hoje podemos fazer a mudança mais radical – inédita – que seja possível hoje, para que sejam geradas as possibilidades de fazer mais tarde as mudanças que não podemos fazer agora. É uma pedagogia de sonhos possíveis.

Esta pandemia não é apenas uma crise sanitária. Ela expressa uma crise de todo o atual modelo civilizatório dominante que não tem mais a possibilidade de continuar se expandindo em sua lógica capitalista, de dominação patriarcal, colonial, racista, extrativista e excludente. Temos que aproveitar esse momento para problematizá-la criticamente, radicalmente, como uma situação limite a ser superada, sem procurar retornar à “normalidade” que existia antes, que não tem futuro.

Para enfrentar essa situação limite, não basta apenas problematizá-la e denunciá-la, também precisamos fazer mudanças, propostas, ações efetivas..., mas não se trata de qualquer tipo de mudança, mas daquelas que contêm em si a força da afirmação utópica, da democracia radical e do cuidado da vida. É por isso que esse momento histórico é um momento chave para a inspiração, para a criatividade, a articulação de muitas e diferentes iniciativas que talvez por si só não possam mudar o sistema, mas articuladas podem gerar um movimento poderoso, criando condições para outras mudanças, mais profundas, inspiradas por uma dinâmica ética, política e pedagógica que prefigure e forneça a base para uma sociedade do futuro.

Uma educação libertadora, crítica e participativa pode criar espaços de liberdade, espaços horizontais de diálogo, de encontro, de inspiração criativa. Espaços democráticos que democratizem o conhecimento e as relações de poder. Sair do isolamento, do individualismo e da

competitividade, para encontrar possibilidades conjuntas e solidárias que vão além da soma de nossos esforços particulares. Criar esses espaços neste momento de crise, rompendo os moldes tradicionais ultrapassados, é a possibilidade de criar o inédito viável.

Por isso, o “novo normal”, a educação pospandemia, não deve ser a que nos imponham, a partir do estabelecimento de modelos e estruturas tecnológicas que contribuam para sua privatização e apropriação pelas empresas transnacionais de telecomunicações e de informática, mas aquele que podemos construir a partir dos processos de educação popular, promovendo o pensamento crítico, o questionamento radical, a visão holística, o respeito às diversidades, o desenvolvimento das capacidades de aprendizagem, de pesquisa e comunicação, o sentido solidário e o cuidado da vida para a transformação da realidade atual. Portanto, não faz sentido perguntar “como serão as coisas quando a pandemia terminar”, mas “como queremos que as coisas sejam quando a pandemia terminar” e trabalhar todos os dias para consegui-las. É, na realidade, uma grande oportunidade de mudar o que deve ser mudado, construindo os inéditos-viáveis.